DÍVIDA

Agora, governo vai negociar o perdão

de Brasilia O governo aceitou negociar a retirada da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado. A decisão partiu do ministro Mailson da Nóbrega depois de prolongadas reuniões com leres do governo na Constituinte e com os autores das emendas que oferecem

estes benefícios. O ministro da Fazenda manteve-se irredutível até a manhã de ontem, quando percebeu que não haveria como derrotar a emenda em plenário. Os próprios líderes do governo exigi-ram de Mailson flexibilidade para negociar, argumentando que de outra maneira eles próprios votariam pela aprovação da fu-

O líder do "Centrão" na Constituinte, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), surpreendeu Mailson quando afirmou que "daria para contar nos dedos das duas mãos o número de constituintes que votam contra a fusão". Já o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, disse ao ministro que o seu partido estava ali 'para pressionar em favor da negociação".

Um dos argumentos mais sólidos oferecidos ao ministro da Fazenda, partiu do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), líder do PFL no Senado. Conforme apurou a editora Jurema Baesse, Gadelha mostrou a Mailson que, com ou sem negociação, o governo acabaria arcando com o ônus da fusão uma vez que a sua aprovação está praticamente garantida na Assembléia Constituinte. O governo não pode ar-

car com duplo prejuízo; o político e o econômico. "O governo já vai bancar a conta, não negociando acaba contraindo impopularidade, que é o ônus político", argumentou o senador. Gadelha insistiu com o ministro em abrir logo as negociações sob pena de ver as emendas aprovadas como estão. "Se não hou-ver consenso o resultado será visto daqui a duas semanas com a aprovação das emendas ou da fusão",

sublinhou o líder.
O ministro da Fazenda relutava em aceitar a negociação porque os números apresentados por sua assessoria mostravam prejuízos para o sistema finan-ceiro de até US\$ 10 bilhões. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de

ciado, já que produz em 100

hectares e, portanto, é con-

siderado grande produtor

nampe apresentou um qua-dro dos endividamentos de

micro e pequenos empresá-

rios em sua cidade, Vilhena-RO. Segundo Wal-

demar Carvalho, proprie-tário de uma empresa de

refrigeração, o quadro já

foi enviado ao Banco Cen-

tral e ao presidente José

Sarney, O pequeno empre-

sário de Rondônia destaca

exemplos do quadro de

1) A Metalúrgica Dala-

zem Ltda., tomou empres-tado CZ\$ 1,2 milhão duran-

te o Plano Cruzado. Até ho-

je já pagou CZ\$ 3 milhões e

ainda deve CZ\$ 8,17 mi-

lhões. A prestação mensal da metalúrgica é de CZ\$ 1,5

2) A empresa Demétrio e

Cia. Ltda., casa de mate-

rial de construção, tomou

emprestado CZ\$ 800 mil, no

início do Plano Cruzado.

Até o momento já liquidou

CZ\$ 2,5 milhões. Continua

devendo ao banco CZ\$ 6,6

milhões. A prestação men-

sal da empresa chega a CZ\$1,12 milhão.

se que não sai de Brasília

antes da votação da fusão.

Waldemar Carvalho dis-

Rondônia

O vice-presidente do Co-

Criado um comitê dos 🐰 pequenos devedores Heinze que não será benefi-

por Ascânio Seleme

Foi criado ontem o "Comitê Permanente dos Pequenos Devedores" no Congresso Nacional. Por ini-ciativa do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de uma das emendas que beneficia os devedores do Plano Cruzado, o comitê foi instalado na sala da Comissão de Agricultura do Senado. Ontem mesmo a sala foi ocupada por representantes dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul e pelo vice-presidente Confederação Nacional dos Micro e Pequenos Empresários (Conampe), Waldemar Peixoto de Carva-

Os representantes dos rizicultores gaúchos trouxeram um mapa mostrando o quadro de insolvência dos produtores de arroz diante do elevado endividamento do setor. De acordo com Luiz Carlos Heinze, de São Borja, os benefícios da fusão das emendas podem reduzir em até CZ\$ 20 bilhões os prejuízos do setor somente no Rio Grande do Sul. "O estado contribui com 40% da produção nacional de arroz. A aprovação da emenda beneficia cerca de um terço dos produtores gaúchos", explicou

O texto em discussão

Eis a íntegra do artigo das Disposições Transitórias que anistia as dívidas de pequenos agricultores e micros e pequenos empresários:

Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais

BBF Vende-se ou aluga-se

título BIO-BAF e BM - (021) 220-4920

INVESTIDORES

ndústria precisa de investidores para descontar duplicatas de 1ª linha: Volkswagen, GM, Ford, Mappin, Mesbla, etc. Marcar entrevista pelo Tel.: (011) 35-3875 — hor. coml. (Não aceitamos intermediários).

Gerais e Transitórias do Proje-

to de Constituição o dispositivo que segue: Art. — Para efeito de liquida-ção, não incidirá correção mo-

netária sobre os seguintes débi-tos, nos períodos indicados: I — Os decorrentes de em-préstimos efetuados a pequenos agricultores, a microem-presas e a pequenas empresas, até 31 de dezembro de 1987;

II - Os decorrentes de empréstimos concedidos a médios agricultores e a médias empresas, no período de 28 de feverei-ro de 1986 a 31 de dezembro de

- Os decorrentes de quaisquer outros empréstimos, no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

DESCONTO DE DUPLICATAS

Descontamos duplicatas de 1ª linha. Juros Bancários. Infor-mações pelo Tel.: (011) 949-4203.

ABREME

Um Sonho...-Uma Realidade

A REIPLAS parabeniza os Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos do Brasil pela fundação da sua Entidade ABREME Associação Brasileira dos Revendedores e Distribuidores de Materiais Elétricos, ocorrida em Assembléia realizada no dia 7/06/88 nesta Capital, atendendo dessa forma a uma real necessidade do setor.

Reiplas

Condutores Elétricos

Afif propõe emenda alternativa

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Uma proposta alternativa às três emendas das disposições transitórias que prevêem o abatimento da dívida dos micro, pequenos e médios empresários e dos pequenos agricultores circulava ontem nos principais gabinetes da área econômica do governo. A proposta é conhecida como emenda Afif e resultou de uma fusão das emendas do senador Mansueto de Lavor e dos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares, em redaão final dada pelo deputado Afif Domingos (PL-SP).

Afif Domingos, na verdade, não pôde ser signatário de nenhuma nova emenda, surgida de fusão, para votação na fase das disposições transitó-

rias, porque não havia encaminhado, até o prazo final da apresentação de emendas, nenhuma proposta que contemplasse o tema da anistia da divida. Ela tem sido recebi-

da de modo informal pelo Executivo como uma alternativa aceitável - este jornal apurou, por exemplo, que o Banco do Brasil é favorável ao texto da emenda Afif — mas. se será ou não apresentada na Constituinte, vai depender de entendimento com os três autores originais

A emenda Afif diz o sequinte: "As micro e pequenas empresas e pequenos produtores rurais que contrairam empréstimo no período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987 deverão, na recomposição de seus débitos para

Mailson que a fusão limita-

va a abrangência da maté-

ria, trazendo o prejuízo pa-ra CZ\$ 180 bilhões, ou pouco

mais de US\$ 1 bilhão no

PROPOSTA DO

GOVERNO A primeira abertura de Mailson da Nóbrega foi

propor a criação de uma

comissão para estudar o

problema em caráter de urgência. A comissão será

composta por três parla-mentares e técnicos do Mi-

por Maria Clara R.M. do Prado

de Brasília

A perspectiva de que a

nova Constituição do País

contemple em seu texto o

perdão da dívida de micro,

pequenos e médios empre-

sários e de pequenos produ-

tores rurais junto às insti-tuições financeiras mobili-

zou ontem a área econômi-

ca do governo, que decidiu

investir, com toda a carga,

no processo de negociação com os constituintes.

duas horas e meia, em seu gabinete, o ministro da Fa-

zenda, Mailson Ferreira da

Nóbrega, ouviu dos deputa-

dos Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Va-

ladares (sem partido-MG) a defesa que fizeram de

suas emendas — todas

elas, com algumas varia-

ções, prevendo o cancela-

mento de parte da dívida

de pequenos empresários e

agricultores - e tentou

contra-argumentar, mos-

trando que o governo não

teria condições de cobrir o

impacto que as propostas

causariam só sobre os cré-

ditos oficiais — equivalem a 90% dos US\$ 10 bilhões es-

timados no global — com colocação de títulos públi-

cos junto ao mercado e só

restaria apenas a saída da

brar os meios de pagamen-

to - pelo conceito do M1,

que engloba depósitos a

vista e papel-moeda em po-

der do público —, trazendo a hiperinflação e um pro-

cesso de desajuste social"

conforme salientou o mi-

nistro diante dos 22 consti-

tuintes que estiveram em

seu gabinete. O M1, na po-sição de final de abril, so-

mava o equivalente a US\$

A mobilização do gover-

no começou logo cedo, pela

manhã, quando o presiden-

te do Banco Central (BC),

MINERAÇÃO

"Isso representaria do-

emissão de moeda.

Em reunião que durou

câmbio oficial

com os estabelecimentos bancários e entidades financeiras, receber, a partir da promulgação desta Constituição o beneficio da redução ou eliminação da correção monetária, segundo os critérios a serem estabelecidos pelo Banco Central, observadas as se-

guintes condições: 1) a classificação de micro e pequenos produtores rurais far-se-á observando os critérios do Banco Central e do Manual de Crédito Rural;

2) é vedada aos atuais constituintes a concessão de beneficios deste artigo;
3) os benefícios previstos neste artigo abrangerão ape-

nas aqueles que demonstrarem a impossibilidade do pagamento das dividas contraidas por fatores supervenientes;

nistério da Fazenda. Antes

mesmo desta proposta de-

colar, o deputado José Lou-

renço já partia para uma

negociação mais concreta

dentro do Congresso Nacio-

PFL na Constituinte, Lou-

renço indicou o deputado José Lins (PFL-CE) para levar uma proposta formal

aos autores das emendas.

Segundo Lourenço, o go-verno admitia uma fusão

que limitasse a sua abran-

serão alvo de novos estudos

Elmo de Araújo Camões, e

o diretor da área bancária do BC, Wadico Valdir Buc-

chi, receberam uma comi-tiva de seis constituintes do "Centrão", encabeçada pe-

lo líder do PFL na Consti-

tuinte, deputado José Lou-renço (BA). Os represen-tantes do Congresso rece-

beram informações que

chegam a preocupar. As

emendas, conforme estão

redigidas hoje, iriam con-

sumir 51% do patrimônio líquido dos bancos esta-

duais oficiais; 20% do pa

trimônio líquido das insti-

tuições privadas: 5% do PL

dos bancos estrangeiros: e

nada menos do que 160% do

PL dos bancos oficiais fe-

derais (isto porque tem

aqui o peso do Banco do

Brasil, cujo patrimônio

líquido corresponde a me-

nos de um terço do total de

Bucchi alertou também

aos constituintes que o im-

pacto das emendas sobre o

sistema, calculado pelo dó-

lar oficial em CZ\$ 1,6 tri-

lhão, representa hoje 29%

do total da carteira de em-

préstimos de todo o siste-

ma bancário, cujas opera-

ções envolvem CZ\$ 5,7 tri-

BANCOS ESTADUAIS

bém se estão movimentan-

do, seja diretamente em

contato com os constituin-

tes seja através da influên-

cia dos governadores dos

estados. As emendas foram

tema do encontro da Asso-

ciação de Bancos de Crédi-

to Estaduais (Asbace),

realizada ontem em

Brasília, reunindo repre-

sentantes de todo o País, e

que contou com um almoço

no qual foi homenageado o

diretor da área bancária do

BC. Logo depois, Bucchi voltava ao BC para partici-

par de outra reunião, desta

vez com o presidente da

Federação Brasileira das

Associações de Bancos (Febraban), Antônio de

Os bancos estaduais tam-

Débitos de empresários também

Na qualidade de líder do

4) os benefícios deste artigo não se aplicam a tomadores que não tenham cumprido os objetivos a que se destinaram os empréstimos

A proposta de Afif traz um impacto bem menor para o sistema do que os US\$ 10 bilhões previstos com as emendas dos três constituintes, autores das propostas originais. As dividas contraidas por micro e pequenos empresários. no período entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987, já foram repactuadas pela Resolução nº 1.335, de julho do ano passado. Hoie. calcula-se em 30% o nível de inadimplência dentro da 1.335. Também a divida dos produtores rurais, naquele periodo, foi contemplada com esquemas de benefícios introduzidos pelo Executivo.

gência em CZ\$ 100 bilhões, CZ\$ 83 bilhões a menos do que estimam os autores das emendas. "Já que o nú-mero do senador Mansueto é de CZ\$ 183 bilhões, fica mais fácil um acordo", disse José Lourenço.

Ontem mesmo o deputado José Lins procurou dois autores das emendas para apresentar a proposta do governo. Do deputado Humberto Souto (PFL-MG), recebeu um sonoro

Roberto Bornhausen

Pádua Rocha Diniz, e de-

mais banqueiros e repre-

sentantes do sistema que

compõem a federação.

Também aqui a proposta

de anistia às dívidas, apre-

sentada na Constituinte, foi

O presidente da Confede-

ração Nacional das Insti-

tuicões Financeiras. Ro-

berto Konder Bornhausen, também do Unibanco, dis-

se que a proposta dos cons-

tituintes vai acabar redun-

dando "ou em inflação ou

em mais imposto, com o Tesouro Nacional bancan-

do a conta". Ele defende o

princípio de que as emen-

das, conforme estão redigi-

das, representam um "con-fisco da propriedade", re-

presentada pelos créditos

concedidos aos tomadores

Informações colhidas pe-

lo Banco Central junto às

instituições financeiras já

detectam dois comporta-

mentos distintos da parte

de tomadores de crédito,

por conta da perspectiva de

abatimento da dívida conti-

da nas emendas dos três

constituintes: a demanda

por empréstimos teria

crescido, nos últimos dias,

movida por pequenos em-

presários e agricultores que, desavisados, imagi-nam que estarão premia-

pelo sistem a bancário.

discutida

encontro já marcado para hoje. Mansueto, entretanto, garante que não aceita a proposta por ser "tímida demais". "O governo pode até reservar CZ\$ 100 bilhões para injetar nos bancos que quebrarem, garanto que não vai desembolsar um cruzado sequer, pois ninguém vai quebrar", de-

safiou o senador. Tanto Mansueto de Lavor quanto Humberto Souto entendem que o espírito da fusão de suas emendas estaria sendo quebrado pela proposta de José Lourenço. Nós queremos dividir a responsabilidade entre bancos e governo. Temos

dos com o desaparecimen-

to da correção monetária,

e, por outro lado tomadores

principalmente agriculto-res, estão oferecendo bens

próprios como penhora jun-

to aos bancos e depositando

o dinheiro na caderneta de

poupança, enquanto aguar-dam a decisão da Consti-

As atenções do dia, no en-

tanto, estiveram voltadas

para a reunião do ministro

da Fazenda com os consti-tuintes. Mailson da Nóbre-

ga colocou que a sociedade

estava disposta a pagar o

preço da anistia que, a nível de micro e pequenos

empresários, estaria res-trita a um universo com-

posto por 10 milhões de pes-

soas. O autor de uma das

emendas, deputado Hum-

berto Souto, retrucou di-zendo: "A sociedade somos

nós, ministro". Diante da

observação, o ministro res-

pondeu de pronto "o senhor

é apenas uma parta da so-

PREÇOS DE

MERCADO O deputado Thomas No-nô (PFL-AL) reconheceu,

na reunião, que a resposta

da anistia das dívidas tra-

ria dificuldades, mas afir-

mou diante de todos que

não teria como votar con-

tra e que a emenda (uma

fusão das três) seria apro-

vada. Já a deputada Maria

de Lourdes Abadia (PFL-

DF) criticou o programa

de lei do governo e propôs que os recursos a ele aloca-dos fossem destinados a

atender pequenos e mi-croempresários. O deputa-

do Alysson Paulinelli

(PFL-MG) apresentou sua

proposta na reunião: que a

dívida dos pequenos agri-

cultores recebesse be-

nefícios desde que os pro-

dutos por eles cultivados

estivessem, comprovada-

mente, com seus preços de

mercado defasados.

quem deveria decidir se

crédito vencendo,

mo negociar sobre "a ago-

nia de milhares de brasileiros". Dados do Ministério

da Fazenda indicam que o

número de beneficiados se-

ria de 2 milhões e 350 mil

pessoas. Para o deputado

mineiro, a fusão tem de

atingir todos os inadim-

plentes em maior ou menor

escala. A proposta apre-sentada por Lins levaria a

fusão a limitar a abrangên-

cia por categorias, o que

para Humberto Souto é

Lavor também foi contata-

do por José Lins. O enviado

de José Lourenço não per-

mitiu que Mansueto desse uma resposta imediata,

preferiu aguardar um novo

O senador Mansueto de

inadmissível.

que acabar com a história de estatizar prejuízos e privatizar lucros", concluiu Mansueto de Lavor.

Parlamentares contestam números apontados pelo p Ministério da Fazenda

de Brasília

Não há consenso entre os números apresentados pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e os que foram levantados pelos autores das emendas que anistiam os débitos contraídos por pequenos produtores rurais e micro e pequenos empresários durante a vigência do Plano Cruzado. O ministro da Fazenda, durante o encontro que reuniu 22 parlamentares ontem pela manhã, lançou o número de US\$ 10 bilhões como o montante que o governo teria como prejuízo caso fossem aprovadas as emendas do senador Mansueto de Lavor e do deputado Humberto Souto.

De acordo com estes números, a emenda de Humberto Souto, que restringe a área de atendimento da anistia, traria um prejuízo entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ bilhões, segundo indicou Mailson da Nóbrega aos parlamentares. A emenda de Mansueto de Lavor, que é mais abrangente, atinge todo o território nacional. seria responsável por mais cerca de US\$ 6 bilhões a

US\$ 7 bilhões.
O senador Mansueto de Lavor contesta estes números e acusa o governo de estar fazendo "um terrorismo numérico". Segundo ele, a sua emenda imporia um prejuízo de apenas CZ\$
183 bilhões. Os números apresentados por Nóbrega surpreenderam os parlamentares e provocaram a exaltação do deputado Ziza Valadres (MG, sem partido), que qualificou de ma mentirada" os números do Ministério da Fazenda, e pediu que o ministro tomasse conhecimento dos lucros do sistema financeiro durante os últimos dois

Nóbrega reclamou que "ninguém acredita no go-

O Ministério da Fazenda assegura que os números são reais e foram levantados junto ao Banco Central (BC) e Banco do Brasil (BB). O chefe da assesso-ria econômica do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, escolhido pelo ministro para conduzir as negociações, informou a este jornal o detalhamento dos US\$ 10 bilhões. Na realidade, explicou, o ministério está trabalhando com o valor em cruzados com base na Obrigação do Tesouro que significa que o prejuízo seria de CZ\$ 1,6 trilhão, o que equivale hoje aproxi-madamente aos US\$ 10 bilhões pelo câmbio oficial de CZ\$ 169,09. Segundo explicação de Camargo, "o valor de CZ\$

1,6 trilhão não considera aqueles que já pagaram os débitos, ou seja, é o número relativo aos inadimplen-tes". Do total de CZ\$ 1,6 trilhão, indicou, 78% se refere a débitos junto aos bancos oficiais estaduais e federais, o que equivale a CZ\$ 1,248 trilhão. Os outros 22% são relativos aos bancos privados, e representam CZ\$ 352 bilhões. Ocorre, destacou, que esse é o total aplicado pelos bancos privados, o que não significa que este dinheiro pertença esses bancos eles apenas são aplicadores dos recursos repassados pelo gover-

Desses 22%, a metade são recursos oriundos de fundos a programas diversos, como o Provárzea e o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), e também dos recursos destinados para as micro empreatravés da Resolução nº 1.335, de julho do ano passado, que criou um aporte de recursos para esse segmento. Ou seja, efetivamente os bancos só terão

de bancar 11% do prejuízo. "Certamente", assinalou, "se o governo perdoar o mutuário não terá como exigir o retorno dos bancos privados." Caso a anistia não seja aprovada, esclareceu, o banco tem de devolver os recursos para o BC, mesmo que esteja com inadimplentes em sua cartei-ra. "O risco", sublinhou, "é do agente financeiro, e não do Tesouro Nacional."

Portanto, do total de CZ\$,6 trilhão, 90% terá de ser assumido pelo Tesouro, sendo 10% dos bancos estaduais. Os outros 10% seriam de responsabilidade dos bancos privados. O Banco do Nordeste, informou Camargo, caso tenha de perdoar todos os débitos contraídos pelos microempresários e pequenos produtores, irá comprometer 98% dos seus ativos, e poderá realmente quebrar. Segundo ele, com exceção do Banespa, todos os bancos

No caso das micro empresas, explicou, é difícil precisar qual a sua partici-pação do total de CZ\$ 1,6 trilhão; certamente é pouco menos do que a metade. Sendo que, em relação à Resolução nº 1.335, a inadimplência das micro empresas atual é de 35% e aupossibilidade de anistia, informou o secretário especial de Assuntos

staduais quebrariam.

"Lobby" contra correção

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Roosevelt Roque dos Santos, disse ontem que, na próxima semana, pelo menos 5 mil pessoas. entre produtores rurais e pequenos empresários, estarão em Brasília para pressionar os constituintes e fazer aprovar as emendas que extinguem a correção monetária nos financiamentos de agricultura a pequenos e médios empresários.

"Queremos assegurar um 'lobby' muito mais expressivo do que aquele realizado por ocasião da votação da Reforma Agrária porque, agora, a livre iniciativa urbana estará ligada ao nosso movimento.

Para garantir o sucesso desse trabalho, começaremos hoje um amplo trabalho de mobilização de nossas trezentas regionais", acrescentou

Roosevelt dos Santos, segundo a Agência Globo, disse que a correção monetária em qualquer operação de crédito agrícola é ilegal porque, até o momento, não foi revogada a Lei nº 4.829/65, que impede a aplicação de atualização monetária em financiamentos agrícolas.

Segundo o presidente da UDR, os produtores rurais empresários urbanos não estão mendigando favores, mas exigindo respeito a quem gera riqueza sem especulação".

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

"Tentam inviabilizar as eleições municipais"

Sem quórum qualificado para votação o painel registrou a presença de apenas 233 parlamentares — a Constituinte realizou ontem sua terceira sessão consecutiva sem apreciar artigo algum das Disposições Transitórias. A ausência de número regimental, que consequentemente atrasa a promulgação da nova Carta, foi denunciada por parlamentares de diferentes partidos, como parte de uma manobra daqueles que desejam o adiamento das eleições municipais.

A primeira manifestação partiu do deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que, se-gundo a Agência Globo, chamou de criminosos aqueles que tentam prorrogar mandatos dos prefeitos e vereadores, retardando os trabalhos da Constituinte. Britto criticou especialmente a emenda do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), que estabelece um mandato-tampão de dois anos para os prefeitos elei-

tos em novembro. Mais enfático, o deputa do Victor Faccioni (PDS-RS) não poupou nem mes-mo o presidente da Consti-

tuinte, Ulysses Guimarães. De posse de uma entrevista concedida por Ulysses, Faccioni disse que o presidente está querendo entrar para o "Guiness Book of Records", já tendo ocupado interinamente a Presidência da República por onze vezes. Em todas estas oportunidades, prosseguiu deputado, os trabalhos da Constituinte ficam parali-

PMDB — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, afirmou, ontem, após audiência com o presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, que o objetivo do PMDB é iniciar um amplo debate visando à convenção nacional do partido, que será realizada no dia 21 de agosto, na qual deverá ser firmado o novo tipo de relacionamento do partido com o governo federal. Quércia defendeu, também, eleições municipais em 15 de novembro próximo e disse esperar que o candidato da convenção paulista seja seu atual secretário de Obras, João Oswaldo Leiva.

"É preciso adaptar-se à nova lei" por Sérgio Danilo dos da divisão de economia necessários, o mesmo ocormineral do DNPM) comparendo com o diamante in-

"Não considero a nova lei aprovada pela Assem-bléia Nacional Constituinte como ameaçadora aos capitais externos na mineração. Não houve nacionalização das empresas e elas não foram alijadas do processo de exploração e produção. Acredito na volta da pesquisa mineral por parte do capital estrangeiro e temos de nos adaptar à nova realidade." A afirmação é do diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), José Belfort, e foi feita du-rante um debate com empresários, estudantes e dirigentes de estatais, realizado no Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Belfort destacou que "é preciso investir mais em pesquisa mineral no Pais, porque o Brasil importa 43% dos produtos minerais que consome". O DNPM registrou um crescimento físico de 3,5% em 1987 (da-

rativamente a 1986. Em valor, segundo revelou Belfort, a produção mineral brasileira atingiu CZ\$ 360 bilhões, o que equivale a 2,84% do Produto Interno Bruto.

O desempenho da producão mineral foi medido pelo comportamento de dezenove substâncias, que representam 80% da produção mineral brasileira, destacando-se minério de ferro, manganês, ouro, carvão mineral, concentrado fosfático, nióbio, cassiterita, chumbo e bauxita. O destaque principal na produção foi o ouro, que teve um crescimento de 48,4% no ano passado, em relação ao total produzido em 1986. "Sem investimentos no

setor mineral, em especial para o mapeamento básico, é impossível descobrir novas jazidas", disse Belfort. Brasil ainda depende da importação de minerais. Gastou US\$ 6 bi-

lhões no ano passado e mi-

dustrial. Importa-se 1 milhão de quilates por ano de diamantes usados na indústria, enquanto estamos com reservas minerais ainda sem lavra", afirmou.

Francisco Fernandes, economista do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) e autor do polêmico livro sobre o subsolo no Brasil, disse que a nova lei da nacionalizacão dos minérios mudou as regras da indústria mineral e o modelo existente. 'Há 25 anos não ocorriam mudanças e agora o modelo é aberto, com a partici-pação da sociedade", disse Fernandes. "Até antes da votação da nova lei, o subsolo não era de ninguém no Brasil. Agora existe um caminho para o ordenamento e o Estado assume os bens minerais da Nação'',

acrescentou Fernandes. Ele rebateu as críticas das empresas estrangeiras à nova lei, indagando ao auditório: "Quem gera mais empregos no setor? As multinacionais que empregam até duzentos geólogos e engenheiros de minas ou as pequenas empresas e centou. destacou

viabilizando o aparecimen-Disse ainda "que o centradas em outras ativitidores nacionais nesse se-

os conglomerados estatais, desde as empresas estaduais e as grandes empre-sas, como Caraíba Metais, Vale do Rio Doce, Nuclebrás, Petrobrás? A mineração precisa descentralizar-se", disse Fernandes. "A partir da nova lei, os estados e os municípios vão explorar suas riquezas minerais com planejamento", acrestambém que o "garimpo vai entrar numa nova fase,

to da pequena empresa mi-neral na região Norte, a maior produtora de ouro do País". mercado interno vai gerar produção e consumo dos bens minerais e que poupanças internas, hoje condades econômicas, vão-se voltar à formação de microempresas regionais. ampliando o leque de inves-